

Versão Online ISBN 978-85-8015-080-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2014

CAMINHOS PEDAGÓGICOS PARA O RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE DOS DESCENDENTES AFRO-BRASILEIROS E AFRICANOS EM SALA DE AULA

Marissol Pereira da Cruz FIORESE¹
Danilo Ferreira da FONSECA²

RESUMO: Este artigo tem como finalidade apresentar o desenvolvimento e os principais resultados da implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica sobre a discriminação racial negra, buscando resgatar e valorizar a História e Cultura afro brasileira e africana. As atividades propostas foram implementadas com uma turma de 7º ano, contemplando 32 horas e foram divididas em etapas. A partir da implementação observou-se que o desenvolvimento e os resultados foram positivos, uma vez que, muitos alunos que não demonstraram interesse inicialmente sobre o assunto, na medida em que as atividades foram sendo realizados passaram a envolver-se com as mesmas e começaram a se preocupar com a discriminação racial. Além disso, os alunos participaram de todas as atividades propostas discutindo e refletindo sobre o assunto, demonstrando interesse pelo tema e preocupação em combater o racismo dentro e fora da escola.

PALAVRAS CHAVE: História; Cultura afro brasileira e africana; Discriminação racial; Identidade.

1 INTRODUÇÃO

A proposta, neste artigo, é apresentar algumas discussões e reflexões sobre os trabalhos realizados por meio do Projeto de Implementação Pedagógica sobre o tema “O resgate da identidade dos descendentes afro-brasileiros e africanos”, a qual está relacionada a linha de pesquisa “Diálogos curriculares com a diversidade”, desenvolvido com alunos do 7º ano Ensino Fundamental do Colégio Estadual Monteiro Lobato – Ensino Fundamental e Médio do município de Céu Azul – Pr. Ainda, relatar a socialização com os professores participantes do Grupo de Trabalho em Rede (GTR).

A ideia de elaborar um material sobre essa temática se deve ao fato de que, embora a luta pela valorização da identidade negra já tenha uma caminhada, o afrodescendente e africano ainda têm enfrentado dificuldades para o acesso aos bens coletivos, mesmo que a Constituição Federal (1988) afirme que, todos os

¹ Professora de História da Rede Estadual de Ensino – PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná – Cascavel– PR.

² Professor Danilo Ferreira da Fonseca – Orientador Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE – MARECHAL CÂNDIDO RONDON.

brasileiros são iguais e têm os mesmos direitos perante a lei, dados oficiais comprovam que isso não é uma realidade em relação aos negros e pardos, pois segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Educação e Desporto (MEC), na passagem do século XX para o XXI, negros e pardos constituíam 45% da população brasileira e correspondiam a 64% da parcela pobre do país (MEC, 2003).

Isso mostra que a criação de leis somente não foi suficiente para fazer com que a exclusão destes grupos fosse eliminada. É preciso uma mudança de postura e de mentalidade e de ações efetivas para que a discriminação e o racismo que atinge a população afro-descendente sejam eliminados ou ao menos amenizados.

Neste contexto, a educação tem papel fundamental, pois ela pode transformar a sociedade, logo é veículo de inclusão social. No entanto, o desconhecimento sobre a história e a cultura dos africanos e dos seus descendentes no Brasil pode fazer muitas vezes com que o racismo seja solidificado dentro da escola, ou fora dela.

Visto desta forma, a escola deve trabalhar no sentido de resgatar a cultura afro-brasileira e africana, colocando em evidência seus valores e sua identidade, pois esta é um espaço para contextualização dos saberes. Assim, falar sobre a contribuição do negro para a formação da sociedade brasileira, seus costumes, sua religiosidade e sua cultura é importantíssimo. Além disso, cabe a instituição escolar estimular a construção de valores e comportamentos que contribuam para a formação integral dos elementos que a compõe.

Desse modo, sendo a instituição escolar um lugar de formação, buscaremos nesta proposta instigar o aluno a refletir sobre a pluralidade e diversidade cultural presentes na sociedade brasileira, respeitando os diferentes modos de ser, viver e pensar, também estimular a construção de valores, proporcionar reflexões individuais e coletivas, a partir do resgate da história e cultura afro-brasileira e africana, pois desta forma se estará contribuindo para a formação de valores como a igualdade e a justiça social.

Neste sentido, buscou-se embasamento em estudos sobre a importância de resgatar a história e cultura afro-brasileira e africana, por meio de leituras e reflexões realizadas nas Diretrizes Curriculares Estaduais – DCE (2008) e demais teóricos como Macedo(1990), Munanga (1999), Lopes (1994), entre outros que discutem o tema é que elaboramos diversas atividades.

Portanto, serão citados no decorrer deste artigo os pressupostos teóricos que embasaram esta pesquisa, o desenvolvimento da pesquisa, e finalmente, a apresentação de um relato de experiência da Implementação do projeto e algumas contribuições do GTR.

2 ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Ao percorrer a literatura histórica pode-se encontrar registros que no final do século XVI, trazido pelos portugueses, chegam ao Brasil os primeiros navios negreiros com aqueles que substituiriam a mão de obra indígena, o que pode ser considerado o marco da contribuição do negro na formação do território brasileiro, passando este novo habitante a ser muito importante para nosso país, o qual serviria para fortalecer a economia. No entanto, chegaram aqui na condição de escravos, tratados como mercadoria e objeto nas mãos de seus proprietários.

O tráfico negreiro ocorreu entre os séculos XVI e XIX, sendo neste período transportados da África para o Brasil cerca de 3.600.000 escravos, o que colocou o país em segundo maior importador de escravos do mundo. Prova disso, em algumas regiões a população negra escrava era maior que a dos brancos que os dominavam.

Para Macedo,

Empilhados nos porões, recebendo poucas porções de comida e de água, era natural que o morticínio fosse acentuado. Perdia-se, invariavelmente, 10% da carga, na melhor das hipóteses e em alguns navios morriam até a metade dos indivíduos transportados. Amontoados no porão a massa de corpos negros agitava-se como um formigueiro, para beber um pouco desse ar lúgubre que se escoava pela estilha gradeada de ferro (MACEDO, p. 29, 1990).

Neste período o negro foi colocado para realizar as mais diversas tarefas, tais como: na cultura canavieira, na extração aurífera, no desenvolvimento da pecuária e no cultivo do café em diferentes momentos do processo histórico, entre outros, passando assim a fazer parte da construção da sociedade brasileira. Porém, mesmo tendo passado mais de um século da abolição ainda nega-se ao negro a participação na construção da história e da cultura brasileira.

Apesar do regime escravagista ter separado os negros de seus familiares e espalhado grupos étnicos pelo país, os escravos conseguiram manter sua herança cultural, desempenhando um papel importante para a transmissão cultural e suas tradições religiosas. Lembrando que, essa política adotada pelos portugueses, ou

seja, separar os escravos em diferentes nações, era uma estratégia para facilitar o ato de governar (JENSEN, 2001).

2.1 DISCRIMINAÇÃO RACIAL NEGRA

Seguindo o curso da história pode-se perceber que ao longo dos tempos o negro vem sendo tratado com inferioridade. Munanga (1999) revela que as primeiras referências negativas de um povo negro foram criadas num período em que se expandiam as grandes viagens marítimas em busca de novos territórios, foi disseminada uma imagem desfavorável dos povos da costa africana, pois em seus relatos este historiador que, entre outras descrições, afirmava a existência de seres bárbaros semi-homens, semianimais. De lá para cá há diversos registros que demonstram a ideia de superioridade da raça branca em relação ao negro e pardo.

Um exemplo foi a condição imposta ao negro no período pós-abolição, tendo sua mão de obra substituída pelo imigrante europeu, o que fez com que passassem a sofrer por muito tempo o estigma da escravidão.

De acordo com Lopes (1994) os escravos agora em “liberdade”, mas, exposto ao mercado de trabalho, onde neste mesmo local o negro não era mais considerado como uma força de trabalho, ele teve que buscar alternativas para fazer parte deste meio mesmo não tendo condições de oferecer uma mão de obra de qualidade, assim foram condenados a própria sorte, sendo marginalizados.

É fato que a discriminação em relação ao Negro está presente nas relações humanas desde a mais remota história da humanidade, pois o ser humano no decorrer de suas experiências vai construindo valores, modos de pensar e de viver, que nem sempre é aceitável por toda a sociedade.

Sobre o racismo Cavalleiro diz que,

O racismo e o preconceito racial como um conjunto de ideias, atitudes e comportamentos apoiados em conceitos e opiniões não fundamentadas, estimulam a criação de estereótipos e representações negativas e dão origem a um estigma imputado ao indivíduo dificulta sua aceitação no cotidiano da vida social. (CAVALLEIRO, 2000, p.23).

Desse modo, apesar de tantas contribuições vindas do continente africano, muitas vezes o Negro ainda recebe tratamento desigual. A omissão da contribuição do negro no processo de formação da sociedade brasileira é um dos aspectos que também contribuiu para a disseminação de práticas racistas, preconceituosas e

discriminativas em diferentes espaços e inclusive no espaço escolar. Segundo Freire (2002, p. 67) [...] “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é dever por mais que reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar”.

2.2 O PAPEL DA ESCOLA

A escola deve combater diariamente o racismo e o preconceito, pois ela é um lugar propício para se promover reflexões sobre a pluralidade e a diversidade cultural presentes na sociedade, bem como formar cidadãos conscientes que compreendam a importância de ser respeitar a diversidade étnico-racial.

Para tanto, foi criada a Lei 10.639/03, a qual inclui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, em especial, nas áreas de Arte, Literatura e História. Esta lei foi implantada com o objetivo de valorizar a presença do negro e sua contribuição na formação do nosso país, haja vista a presença africana em todo o processo de construção econômica, social, intelectual e cultural.

Segundo o documento a Lei 10.639/03,

(...) altera a Lei 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências (BRASIL, 2003).

Sabe-se que é preciso respeitar os diferentes modos de ser, viver, e pensar, de forma a contribuir para a formação de valores como a igualdade e a justiça social. Nesta perspectiva a escola ainda precisa fortalecer as atitudes de aceitação e de valorização da diversidade humana, enaltecendo a importância do pertencer, do conviver, do cooperar e contribuir para que todas as pessoas percebam que podem construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e satisfatórias.

Diante do exposto e tendo percebido ao longo da experiência docente que o currículo, grande norteador das ações pedagógicas, propõe sequências metodológicas e conteúdos que, muitas vezes, não levam em conta a heterogeneidade presentes no espaço escolar, é que se propõe a desenvolver uma proposta pedagógica voltada ao resgate e valorização da cultura afro brasileira e africana em sala de aula.

3 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Com o intuito de saber se as atividades realizadas durante a implementação do Projeto foram eficientes, procurou-se, enquanto professora pesquisadora, obter informações por meio dos registros escritos dos alunos e também a partir de suas falas durante as aulas, além das observações realizadas no decorrer das atividades. Outra estratégia para verificação foram os relatos das discussões do GTR, e a partir disso, abordar os resultados de forma qualitativa e de cunho interpretativo. De acordo com Engel (2000, p.182):

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante engajada, em oposição à pesquisa tradicional, que é considerada como “independente”, “não-reativa” e “objetiva”. Como o próprio nome já diz, a pesquisa-ação procura unir a pesquisa à ação ou prática. A pesquisa-ação surgiu da necessidade de superar a lacuna entre teoria e prática. Uma das características deste tipo de pesquisa é que através dela se procura intervir na prática de modo inovador já no decorrer do próprio processo de pesquisa e não apenas como possível consequência de uma recomendação na etapa final do projeto.

Dessa forma, acredita-se que a partir da metodologia de investigação utilizada e das análises feitas sobre os resultados, bem como as reflexões sobre a prática pedagógica referente à temática trabalhada, possa contribuir para um ensino de maior qualidade e mais eficiente.

3.1 IMPLEMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE DOS DESCENDENTES AFRO-BRASILEIROS E AFRICANOS EM SALA DE AULA

A Implementação Pedagógica foi planejada em seis momentos, distribuídos em 32 horas, com encontros que ocorreram em período contraturno. Em todas as etapas foram desenvolvidas diversas atividades sobre o tema.

Lembrando que as atividades propostas tiveram como respaldo a Lei Nº 10.639 de 2003, a qual estabelece que se inclua no currículo oficial da Educação Básica a obrigatoriedade da História e Cultura Africana e Africana brasileira. Dessa forma, esta Lei determina:

[...] Art.26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura AfroBrasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo de História da África e dos Africanos, a luta dos

negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. [...]

Com vistas, a contemplar o que rege a referida Lei, o primeiro encontro teve como objetivo identificar os conhecimentos que os alunos já possuíam sobre o tema, por meio de um debate, orientado por questionamentos previamente estabelecidos. A partir das discussões percebeu-se que muitos alunos possuem uma postura crítica e consciente sobre o assunto, já outros não demonstraram nenhuma posição em relação ao assunto, ignorando seu posicionamento em relação ao racismo, assim como pode-se observar abaixo por meio de suas falas: Aluno A: *“O negro, mesmo após tantos anos de libertação, ainda sofre o preconceito em diversos lugares de nossa sociedade, como na escola, no trabalho, enfim em diversos lugares que frequenta”*. O que demonstra por meio de seu argumento que o aluno percebe a discriminação contra o negro em diversos segmentos sociais, entre estes na escola.

Já o Aluno B declara omissão ou indiferença em relação às questões raciais *“Nunca presenciei nenhuma ação racista, acho até que isso não existe mais”*. Diferentemente argumenta o Aluno C: *“Já vi muitos alunos colocar apelidos em alunos negros e isso é uma forma de discriminação, penso que a escola deve desenvolver atividades para que isso não aconteça”*. Percebe-se neste depoimento que o aluno possui uma postura crítica frente à condição do negro e também em relação ao papel da escola.

A esse respeito os PCNs (1997) trazem: *“O grande desafio não é a questão legislativa, mas sim a criação de uma escola que mude a mentalidade das pessoas, já que nela convivem alunos de origens, crenças, culturas e níveis econômicos diferentes”*. (PCN, 2001, p. 23).

No segundo momento foi o de sensibilização, no qual as atividades desenvolvidas tiveram como objetivo refletir sobre o racismo existente na sociedade. Para isso, entre as atividades desenvolvidas foi realizado um debate sobre a origem do racismo no nosso dia a dia, conduzindo os alunos a uma reflexão sobre o papel da família na formação da consciência humana. Os alunos participaram dando seus pontos de vista, sendo que muitos deles destacaram que muitas vezes ações

racistas ocorrem nas próprias famílias, o que faz com que muitas crianças, adolescentes e jovens cresçam preconceituosas.

Desse modo, a escola em sua função formadora deve propor um trabalho de resgate da identidade e cultura afro-brasileira e africana, por meio de diferentes atividades, pois sabe-se que apesar da Legislação Brasileira prever que manifestações racistas constituem-se como crimes, estas continuam acontecendo mesmo em diversos ambientes e até mesmo no espaço escolar.

Tal afirmação está respaldada no que traz material elaborado pela UNICEF (2010, p.11):

Chamar a atenção sobre os impactos do racismo na formação de uma criança é reconquistar os valores e as atitudes que possibilitam o reconhecimento da riqueza da diversidade brasileira; e de como essa riqueza tem valor como bem imaterial para nossas crianças e adolescentes, gerando uma sociedade mais justa.

Ainda nesta etapa foi passado um vídeo clipe “Racismo é Burrice” (2003) de Gabriel O Pensador e entregue uma cópia da letra da música. Depois de ouvir foram feitas discussões e reflexões sobre o conteúdo da música e sua relação com a situação atual em que vive o negro.

Para complementar os alunos foram até ao laboratório de informática e acessaram o conteúdo disponibilizado em site previamente selecionado, leram o texto, observaram, assistiram ao vídeo e foi promovida uma discussão destacando os aspectos principais sobre a escravidão no Brasil. Foi solicitado que registrassem no caderno tudo que aprenderam durante a aula. Os alunos participaram em sua grande maioria, discutindo e dando suas opiniões sobre o assunto. Entre os depoimentos destaca-se a do Aluno D que declara: *“Muitas vezes não percebemos o racismo, mas já ouvi piadinhas como “cabelo de bombril”, “Só pode ser coisa de preto”, “Tição” e etc”*. O aluno A sobre o vídeo argumentou: *“O vídeo aborda uma triste realidade, nosso povo é racista e a mudança está em nossas mãos”*.

Outra atividade que foi realizada e que os alunos apreciaram muito foi com uma lenda gaúcha conhecida como “Negrinho do Pastoreio”, que tem origem cristã e data provavelmente do século XIX. Foi feita a leitura da obra, momento em que os alunos se envolveram com a trama e se emocionaram ao saber a crueldade de um senhor de escravos, o que foi aproveitado para fazer uma reflexão sobre a discriminação racial negra no Brasil no contexto atual. Para complementar foi

solicitada uma dramatização da história dessa lenda, orientando a escrita do texto. Esta peça foi ensaiada e no final da implementação foi apresentada. Houve o envolvimento de todos os alunos, seja no cenário, na dramatização ou no figurino, cada um desempenhou o papel de acordo com o seu perfil.

No terceiro momento, aprofundou-se os conhecimentos, no qual as atividades tiveram como objetivo compreender o período Abolicionista e a formação étnico racial do povo brasileiro.

Nesta etapa foi relacionada a temática estudada com os conteúdos de História, relacionando a lenda, a qual tinha como personagem um escravo, que foi escrita no período abolicionista, com o conteúdo Escravidão no Brasil. Essa correlação procurou ultrapassar encaminhamentos, muitas vezes ainda perpetuados no ambiente escolar, que ao invés de contribuir para combate ao racismo acabam por reforçá-lo, assim como argumenta Paixão: “A missão dos conteúdos relacionados ao negro e o reforço de determinados estereótipos, a escola contribui fortemente para o reforço das construções ideológicas racistas”. (PAIXÃO, 2007, p.28).

Embora a escola seja um espaço de formação da cidadania e de consciência crítica, a qual se reflete sobre educação e relações raciais, quanto ao ensino de História, em específico, muitas imagens e muitos textos encontrados em livros didáticos incitam o racismo, de forma velada e cruel.

Também foi lido um texto sobre o tema e discutido com os alunos sobre os pontos mais importantes, destacando os diversos aspectos do Abolicionismo e da Escravidão no Brasil. O encaminhamento possibilitou que o aluno percebesse a escravidão com algo real, não só como costuma ver nos livros didáticos, distantes da realidade. Além disso, nesta etapa foi debatido sobre a importância do negro na formação da sociedade brasileira, pois a omissão da contribuição do negro no processo de formação da sociedade brasileira é um dos aspectos que também contribuiu para a disseminação de práticas racistas, preconceituosas e discriminativas em diferentes espaços e inclusive no espaço escolar. Segundo Freire (2002, p. 67) [...] “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é dever por mais que reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar”.

Para finalizar esta etapa foi solicitado que os alunos fizessem uma pesquisa

complementar no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre o tema escravidão no Brasil e também pesquisassem e anotassem informações importantes sobre a formação étnico racial do povo brasileiro, observando que a classificação das pessoas de acordo com a cor da pele, o IBGE utiliza as categorias branca, preta, indígena, amarela e parda, sendo a última utilizada para evidenciar a mestiçagem.

No quarto momento foi feita uma simulação da aplicação da Lei a partir de um fato real, a qual teve como objetivo que os alunos conhecessem a Lei que institui crime a prática do racismo e analisar sua aplicabilidade ou não em uma situação do dia a dia.

Assim, foi feita a leitura do Artigo 3º e de parte do Artigo 5º da Constituição Brasileira e uma discussão sobre a aplicabilidade real do que é garantido por lei, Lei esta que trata dos direitos e dos deveres individuais e coletivos dos cidadãos. Uma discussão muito rica, pois muitos sequer sabiam que a discriminação racial é considerada crime no país. A Lei é clara, mas assim como os próprios alunos perceberam, o difícil é sua aplicabilidade.

Entre os depoimentos destaca-se o Aluno B que se posiciona dizendo: *“Não sabia que existia uma Lei que defendia o negro contra o racismo, isso significaria um avanço na luta contra o preconceito se as pessoas a conhecessem e a colocasse em prática”*. O aluno E complementa dizendo: *“As pessoas discriminam umas as outras por acreditarem ser melhores que elas”*.

Após esta etapa foi passado um vídeo publicado e muito polêmico que circulou pelas redes sociais no ano de 2014, o qual mostra uma torcedora do Grêmio durante um jogo, a qual chama o goleiro Aranha do Santos pejorativamente de “macaco”, e que foi acusada de racismo. Depois foi feita uma reflexão com os alunos sobre o conteúdo deste vídeo. Os alunos se posicionaram em relação a situação, demonstrando postura crítica em relação a atitude da torcedora.

Isso pode ser observado pela fala do aluno F: *“A atitude da torcedora foi muito preconceituosa, ela não pode ficar impune”*. O aluno C também expõe sua opinião dizendo: *“A lei deve ser aplicada para todos, pois somente assim poderemos combater a discriminação”*.

Outra atividade, que foi muito interessante e que os alunos gostaram e

participaram ativamente, foi a organização de uma simulação de tribunal de júri, para julgar o caso da torcedora do grêmio e também outras situações cotidianas de preconceito, oportunizando que os alunos refletissem sobre as questões de discriminação e entendessem melhor as leis que envolvem o assunto. Os alunos escolheram entre eles o advogado de acusação, de defesa, os réus, os jurados, o juiz e a plateia. Esta atividade foi muito proveitosa, e os alunos demonstraram maturidade na realização da mesma, e a participação foi unânime.

O quinto momento foi destinado a atividades para reflexão sobre a prática do racismo na sociedade. Para tanto, foi apresentada aos alunos algumas imagens no data show sobre o racismo, a fim de instigar uma bate papo para perceber como os alunos veem a prática do racismo na sociedade, na comunidade, na escola, na sua casa e na sala de aula.

As imagens foram acompanhadas de questionamentos, mostrando aos alunos o quanto ainda existem representações estereotipadas em relação ao povo negro, as quais geram práticas de preconceito, discriminação e racismo, mas ao mesmo tempo, que viabilizem também, novas representações, novos referenciais da africanidade, gerando uma visão de respeito e valorização do negro. Nesta atividade percebeu-se que houve um crescimento e maturidade maior dos alunos sobre o tema racismo, pois mesmo os alunos que na sondagem inicial mostraram-se indiferentes em relação a situação da discriminação, nesta etapa já se posicionaram mostrando seu papel frente ao problema.

Na sequência, para complementar os debates já realizados, os alunos foram até o laboratório de informática onde acessaram sites indicados e leram algumas reportagens que tratam do preconceito como crime hediondo no país, sendo que muitos deles ficaram impressionados com as histórias lidas. O que foi aproveitado para discutir com os alunos sobre a Lei que regulariza a discriminação como crime.

Os alunos também assistiram ao vídeo “Vista a minha pele” (2003) (criado pelo MEC), e discutiu-se sobre a desigualdade de etnias e classes sociais. Outra atividade realizada foi uma pesquisa no laboratório de informática sobre a culinária, vestimentas, dança, esporte e música de origem africana. Depois da pesquisa pronta os alunos socializaram com toda a turma e o professor fez interferências para

complementar. Os alunos destacaram entre as danças a capoeira, muito conhecida por eles, deram seus depoimentos sobre pessoas que participam de grupos de capoeira.

O sexto momento foi o último, que teve como objetivo que o aluno reconhecesse e refletisse sobre ações de racismo presentes em sala de aula, o que foi encaminhado de forma diplomática para não causar nenhuma polêmica, apresentado inicialmente por meio de um texto, que permitiu explorar o que é racismo velado e explícito, instigando-os a refletir e reconhecer ações de racismo contra afrodescendentes presentes na sala de aula.

Para finalizar foi estimulada uma reflexão partindo do seguinte questionamento: Não será o racismo velado o verdadeiro vilão que impede que ações racistas sejam combatidas em nossa sociedade? O que podemos fazer para que isso mude? Nesta etapa os alunos posicionaram-se mediante o assunto, demonstrando interesse pela luta contra o preconceito.

Entre as respostas dadas pelos alunos destaca-se a do aluno G: *“As formas de racismo nem sempre são percebidas e por isso muitas vezes não conseguimos fazer com que ele termine”*. Outra resposta foi do aluno E: *“Para que o racismo seja combatido precisamos nos conscientizar que ninguém é melhor do que ninguém, e que uma pessoa não pode ser inferiorizada porque é negra”*.

Ao finalizar as atividades foi possível perceber que muitos alunos que se mantinham alheios sobre o assunto inicialmente, tiveram uma mudança de postura, mostrando que o racismo deve ser combatido dentro e fora da escola. A maioria dos alunos participou mostrando maturidade e uma postura crítica.

Diante disso, percebeu-se que a escola tem papel crucial o combate ao racismo e por meio dela pode-se mudar pensamentos, atitudes e ações preconceituosas, e estimular uma convivência pacífica, atitudes de empatia e solidariedade.

É preciso orientar o aluno a importância de se respeitar os diferentes modos de ser, viver, e pensar, de forma a contribuir para a formação de valores como a igualdade e a justiça social. Nesta perspectiva a escola ainda precisa fortalecer as atitudes de aceitação e de valorização da diversidade humana, enaltecendo a importância do pertencer, do conviver, do cooperar e contribuir para que todas as

pessoas percebam que podem construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e satisfatórias.

É certo que a educação tem papel fundamental em relação a valorização do negro na sociedade, uma vez que pode transformar a sociedade e por isso é promotora da inclusão social. Porém, o desconhecimento sobre a história e a cultura dos africanos e dos seus descendentes no Brasil pode fazer muitas vezes com que o racismo seja solidificado dentro da escola, ou fora dela.

Nesta perspectiva, a escola deve direcionar seu trabalho no sentido de resgatar a cultura afro-brasileira e africana, em especial a disciplina de História, a qual poderá propor atividades que evidencie seus valores e sua identidade.

3.2 CONTRIBUIÇÕES DO GTR

No que se refere ao GTR, os professores tiveram acesso ao material produzido por meio das atividades realizadas na plataforma, na qual estes educadores puderam refletir sobre a discriminação racial dentro e fora da escola. No Módulo 1 foram realizadas atividades nas quais os professores participantes tiveram contato com o projeto de pesquisa, sendo aprovado por todos os participantes do GTR, os quais sinalizaram com algumas observações:

Quadro 1: Algumas observações de professores participantes do GTR, segundo o Módulo 1.

Módulo 1 – Observações dos Professores GTR

Professora, como é importante trabalhar a identidade dos descendentes afro-brasileiros e africanos no ambiente escolar, pois o preconceito ainda existe, embora que muitas vezes camuflado. E o professor tem um papel primordial, apresentando condições e ferramentas, que possam combater e amenizar esta situação, contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos e atuantes em uma sociedade mais digna e justa, respeitando e valorizando esta pluralidade de raças e etnias que vivemos.

E é através de projetos pedagógicos como o seu, bem instrumentalizados e a capacitação de profissionais, onde possam intervir de uma forma significativa nas compreensões das relações étnicas raciais, poderemos promover mudanças de conduta e atitudes discriminatórias existentes ainda na nossa sociedade.

Fonte: (Professores participantes do GTR, 2015).

De acordo com o Quadro 1, pode-se observar, por meio do relato dos professores participantes do GTR, que no decorrer do desenvolvimento das tarefas,

o reconhecimento da importância de projetos pedagógicos que abordem a temática da discriminação racial, salientando a importância da capacitação profissional do educador, para que este esteja preparado para lidar com as situações de discriminação em sala de aula.

O módulo 2 teve como objetivo entender a realidade escolar do professor tutor e a realidade escolar do professor cursista, para que a partir disso fosse possível analisar como a proposta poderia contribuir com a prática pedagógica dos professores participantes, levando em consideração a realidade de sua escola de atuação e de seus alunos.

Quadro 2: Algumas observações de professores participantes do GTR, segundo o Módulo 2.

Módulo 2 – Observações dos Professores GTR

Na minha escola é bem trabalhado sobre a questão do racismo, nos cursos de capacitação. Discutimos a cultura afro. Temos muito cuidado ao trabalhar este tema para não passarmos para os alunos uma visão racista sobre a chegada dos africanos ao Brasil. Procuramos mostrar como foi e é importante a contribuição dos mesmos para a formação de nossa cultura e o papel importante deles na sociedade. É feito este trabalho através de debates, vídeos, filmes e atividades que mostram de forma positiva a cultura afro na nossa sociedade. Em nossa escola temos poucos casos de racismo e todos os professores e equipe pedagógica sempre estão atentos. Com o GTR e as informações passadas nos textos e atividade só vem a acrescentar ao nosso trabalho enquanto educadores e formadores de opinião. Permitindo aos alunos uma visão crítica e clara de que somos todos iguais, independente da cor. Procuramos sempre enaltecer o lado positivo da mistura de raças e levantar a auto-estima dos alunos afro descendentes que temos.

Fonte: (Professores participantes do GTR, 2015).

A partir desta atividade entendeu-se, por meio das observações realizadas do Quadro 2, que a temática do negro, sua participação histórica e o resgate de sua cultura, no espaço escolar, deve ser apresentada aos alunos priorizando uma aprendizagem significativa, de forma articulada, entre os conteúdos historicamente acumulados pela humanidade da História e o tema racismo.

Além disso, propõe-se que o professor trabalhe os conteúdos programáticos considerando o conhecimento prévio dos alunos, já que a “[...] ação do professor é articular o processo pedagógico, a visão de mundo do aluno, suas opções diante da vida, da história e do cotidiano” (PARANÁ, 2008, p. 45).

No Módulo 3, os participantes, professores do GTR e o professor do PDE socializaram a aplicabilidade das ações previstas no Projeto de Intervenção na Escola, por meio das atividades previstas na Unidade Didática, debatendo sobre os

avanços e os desafios enfrentados, enfatizando a importância da abordagem do tema em questão dentro da sala de aula.

Quadro 3: Algumas observações de professores participantes do GTR, segundo o Módulo 3.

Módulo 3 – Observações dos Professores GTR

No projeto de intervenção pedagógica na escola percebi que apresentou uma proposta partindo do macro, tendo como tema: “O resgate da identidade dos descendentes afro-brasileiros e africanos”. No relato de implementação buscou trabalhar no espaço micro, ou seja, na sala de aula. No 6º momento em que tem como objetivo “Reconhecer e refletir sobre ações de racismo presentes em sala de aula”, o que achei extremamente positivo, pois a conscientização deve partir das nossas salas de aula em direção a essa sociedade que insiste em continuar com o preconceito e o racismo.

Fonte: (Professores participantes do GTR, 2015).

De modo geral, as considerações dos professores participantes do GTR, bem como suas sugestões serviram para que se pudesse refletir sobre a proposta didática apresentada, sua viabilidade e para a elaboração deste artigo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função da escola hoje não deve restringir somente a se trabalhar os conteúdos específicos das disciplinas escolares, precisa também contemplar em seu currículo as diversidades humanas, tão presentes no espaço escolar. Entre estas diversidades está a Cultura Afro brasileira, a qual é amparada pela Lei 10.639 que foi sancionada em janeiro de 2003, na tentativa de assegurar o respeito pela cultura e história afro brasileira e a convivência harmônica com as diferenças.

Dessa forma, a fim de combater atitudes que levam a prática do racismo é que se justifica a proposta de projetos voltados a valorização da identidade e cultura afro brasileira, pois é papel da escola promover a valorização do negro e da sua cultura, pois este é um dos requisitos para que a identidade negra possa ser resgatada no meio escolar e também na sociedade.

A partir das atividades desenvolvidas percebeu-se ao longo da implementação que alguns alunos que não se mostraram interessados pelo tema inicialmente passaram a ter uma visão diferente conforme foi-se avançando, tornando-se participativo e preocupados com a questão da discriminação racial negra.

Visto dessa forma, acreditamos ter alcançado os objetivos propostos inicialmente, ou seja, resgatar a valorização da História e Cultura afro brasileira e africana, estimulando os alunos participantes a serem disseminadores no combate ao preconceito racial.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=236171>. Acesso em: 17 de junho de 2014.

_____. LEI 10.639/03 - Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Ministério da Educação, 2001.

CAVALLEIRO, E. dos S. **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Sello Negro, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Gênero e Diversidade na Escola. Formação de professores (as) em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de Conteúdo. Versão 2009. - Rio de Janeiro: CEPESC: Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015510.pdf>. Acesso em 09 de abr. de 2014.

GOMES, N. L. **Indagações sobre Currículo. Diversidade e Currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JENSEN, T. G. **Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: da desafrikanização para a reafricanização**. Revista de estudos da região, n.1, p.121, 2001.

MACEDO, Sérgio D. T. **Crônica do Negro no Brasil**. Record: Rio de Janeiro, 1990.

MUNANGA, K, (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política.** Petrópolis: Vozes, 1996.

PAIXÃO DA ROCHA, L.C. Política Educacional e a Lei 10.639/03. Uma Reflexão sobre a necessidade de superação de mecanismo ideológicos legitimadores do quadro de desigualdades raciais e sociais na sociedade brasileira. In: COSTA, Hilton; Silva, Paulo Vinícius B. (org). Notas de História e Cultura Afrobrasileira. Ponta Grossa: Editora UEPG/UFPRPR, 2007.

UNICEF. O impacto do Racismo na Infância. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_folderraci.pdf. Acesso em 23 de nov. de 2015.